



**PAUTA
PARA A 178ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 861, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Institui o "Sistema Paulista de Cadastro e Doação de Medula Óssea".

2 - Projeto de lei nº 862, de 2016, de autoria do deputado André Soares. Declara de utilidade pública o "Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC", em Lins.

3 - Projeto de lei nº 863, de 2016, de autoria do deputado André Soares. Dispõe sobre a divulgação de qualquer incentivo do Governo do Estado às produções artísticas.

4 - Projeto de lei nº 864, de 2016, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Ronaldo da Silva Correa e Eduardo Biasoli Correa" à ponte localizada no km 5+600m da Rodovia Maurílio Biagi - SPA 343/322, em Sertãozinho.

5 - Projeto de lei nº 865, de 2016, de autoria do deputado Caio França. Dá a denominação de "Prefeita Elza Orsini de Carvalho" à Escola Estadual Bairro Nosso Teto II, em Registro.

6 - Projeto de lei nº 866, de 2016, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Clóvis Antonio Pereira de Araújo" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 7+500m da Rodovia Maurílio Biagi - SPA 343/322, em Pontal.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 856, de 2016, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Institui o "Dia do Sindicalista".

2 - Projeto de lei nº 857, de 2016, de autoria do deputado Márcio Camargo. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal", em Cotia.

3 - Projeto de lei nº 858, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Cria a "Central Única de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde - CROSS-U" na Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

4 - Projeto de lei nº 859, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Institui a "Semana Sociocultural Evangélica", em Santa Branca.

5 - Moção nº 75, de 2016, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para o Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes partidários, a fim de que envidem todos os esforços e sejam tomadas as medidas legislativas necessárias a fim de que seja incluído ao Projeto de Lei (PLS) 230/2014, um artigo que determine o encaminhamento dos condenados por porte de arma de fogo de uso restrito para prisões de segurança máxima.

3ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 44, de 2016, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de Varas, de Ofícios Judiciais, de cargos públicos nos Quadros de Magistrados e de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências correlatas à competência jurisdicional, organização e divisão Judiciárias do Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 852, de 2016, de autoria do deputado Wellington Moura. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de venda de ingressos à distância disponibilizarem número de telefone do Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC para atendimento aos consumidores no Estado.

2 - Projeto de lei nº 853, de 2016, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre a inclusão de curso de culinária saudável aos pais dos alunos matriculados nas unidades da rede estadual.

3 - Projeto de lei nº 854, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Autoriza o Governo do Estado a implantar Centros de Alta Resolutividade

(CARE) - nos moldes do implantado no Hospital Pérola Byington - para o diagnóstico do câncer de mama em hospitais regionais estratégicos.

4 - Projeto de lei nº 855, de 2016, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre o reajuste automático dos valores repassados às Organizações da Sociedade Civil, por meio de termos de colaboração e de fomento, convênio ou outro termos de parcerias celebradas com a Administração Pública Estadual.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 846, de 2016, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Professor Nelson José Neri" à Escola Técnica Estadual - ETEC de Apiaí, naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 847, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN - SP), em Pitangueiras.

3 - Projeto de lei nº 848, de 2016, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Desembargador Frank Célio Soares Hungria" à ponte sobre o Rio Guarapó, localizada no km 136+300m da Rodovia Castelo Branco - SP 280, na divisa dos municípios de Cesário Lange e Tatuí.

4 - Projeto de lei nº 849, de 2016, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Creche Menino Jesus", em Sorocaba.

5 - Moção nº 74, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes partidários e ao Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para que envidem todos os esforços necessários no sentido de que não seja dada eficácia à resolução que instituiu as Emendas 04 e 06 ao Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC - 61), que regula a concessão e revalidação das licenças, habilitações e certificados para pilotos.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 860, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 12.730, de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Moção nº 68, de 2016, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para os Srs. Presidentes da República e do Senado Federal, bem como para os nobres parlamentares, a fim de que não aprovem o PLC - Projeto de Lei da Câmara nº 24/2016 (Projeto de Lei nº 1.767/2015, na casa de origem); que tramita no Senado, por ferir a Constituição Federal.